



COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 3.880, DE 2021

Cria o Programa Nacional de Apoio à Mineração de Pequena Escala (PNAMPE) que dispõe sobre incentivos à pequena mineração.

Autor: Deputado PINHEIRINHO

Relator: Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.880, de 2021, tem o objetivo de criar o Programa Nacional de Apoio à Mineração de Pequena Escala (PNAMPE), que dispõe sobre incentivos à pequena mineração. Entre os objetivos do programa estão o de credenciar mineradores de pequena escala e viabilizar condições de legalização de suas atividades econômicas.

De acordo com o texto, estão aptos a se inscrever do PNAMPE os mineradores individuais, que desenvolvam suas atividades como pessoas físicas, com rendimento bruto anual de até R\$ 100 mil, ou as empresas de mineração de pequeno porte, de caráter familiar, com até vinte empregados, com até R\$ 1 milhão de rendimentos por ano. Com os recursos do programa, o beneficiário poderá custear atividades relacionadas à mineração ou investir na implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção.

Argumenta o autor que são escassos os mecanismos de incentivo à mineração em pequena escala, e que essa atividade merece o apoio do Estado, da mesma forma como ocorre com a agricultura familiar.





A matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões e tem regime de tramitação ordinária, tendo sido distribuída para as Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS); Minas e Energia (CME); Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Na CDEICS, teve parecer pela aprovação, com uma emenda que eleva o limite dos rendimentos brutos anuais de pessoa física beneficiária de R\$ 100 mil para R\$ 300 mil. Na CME, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 3.880, de 2021, cria programa de apoio a um segmento econômico de grande importância socioeconômica em nosso país. Ao incentivar o minerador de pequena escala, possibilita o resgate desses trabalhadores e empresas da informalidade, assim como de tantos outros problemas dela decorrentes. As grandes mineradoras contam com disponibilidade de recursos e acesso a diversos mecanismos de incentivos. Já o pequeno minerador fica sujeito aos obstáculos da burocracia estatal para obter seu sustento, o que o empurra para a informalidade.

Os recursos obtidos no PNAME poderão ser utilizados pelos beneficiários para custeio das atividades relacionadas à mineração, ou para investimento na implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços relacionados à atividade de mineração. Esperamos, com isso, viabilizar a oferta de investimentos em um setor que corre riscos de inanição, e em que o empreendedor está sempre na dependência da ação de intermediários para a obtenção de receitas. Incentivar o investimento formal nesse segmento possibilitará maior autonomia aos pequenos mineradores.

Outro ponto positivo apresentado pela proposição refere-se à possibilidade de uso dos títulos minerários como garantia nas operações





financeiras do PNAMPE. Atualmente, somente a concessão de lavra é elegível para essa finalidade, por força do art. 55 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, o Código de Mineração. A ausência de previsão legal expressa permitiu que a Agência Nacional de Mineração – ANM, por meio da Resolução nº 90/2021, limitasse os direitos minerários passíveis de serem oferecidos como garantia real, restringindo-os à concessão de lavra e ao manifesto de mina. Com isso, não foi contemplado o alvará de pesquisa mineral e outros títulos minerários, embora o mercado tenha se manifestado no sentido de aceitar esses documentos para assegurar operações financeiras. Com a previsão legal desta proposição, abre-se caminho para utilização desses instrumentos para assegurar operações do PNAMPE e, no futuro, acreditamos que poderá ser estendido para as demais operações financeiras.

Consideramos meritória a alteração proposta na Emenda nº 1 aprovada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços – CDEICS, que eleva o limite dos rendimentos brutos anuais de pessoa física beneficiária de R\$ 100 mil para R\$ 300 mil, possibilitando enquadramento de um número maior de beneficiários, sem perder de vista o caráter social do programa.

Adicionalmente, propusemos emenda que complementa a definição dos beneficiários do programa, estabelecendo que seja todo aquele que desenvolva atividade de mineração, que abrange a pesquisa, a lavra, o desenvolvimento da mina, o beneficiamento, o transporte e a comercialização dos minérios e o aproveitamento e o armazenamento de estéréis e rejeitos. Nesse sentido, busca-se dar maior clareza e fazer com o que o texto fique alinhado com o conceito de atividade de mineração disposto no art. 5º do Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, que regulamenta o Código de Mineração.

Nesse sentido, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.880, de 2021, bem como da Emenda nº 1 apresentada na CDEICS, na forma do





substitutivo em anexo, e esperamos viabilizar apoio governamental a um setor que tanto emprega e dá retorno social ao País.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO
Relator





COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.880, DE 2021

Cria o Programa Nacional de Apoio à Mineração de Pequena Escala (PNAMPE) que dispõe sobre incentivos à pequena mineração.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa Nacional de Apoio à Mineração de Pequena Escala (PNAMPE).

Parágrafo único. Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se Mineração de Pequena Escala (MPE) unidades produtivas de micro e pequeno porte, conforme definição do Art.3º da LC 123/2006, operando em qualquer regime de extração estabelecido na legislação, bem como aquelas organizadas de forma familiar ou associativista, em que podem conviver métodos mineiros industriais e artesanais.

Art. 2º São objetivos do PNAMPE:

I - credenciar mineradores de pequena escala e viabilizar condições de legalização de suas atividades econômicas com vistas a garantir autonomia;

II - programar ações com vistas à legalização minerária e ambiental, à definição das questões de saúde e segurança ocupacional e tributária da mineração de pequena escala (MPE);

III - promover a integração dos diversos planos federais, estaduais, municipais, públicos, privados, associativistas, nacionais e internacionais relacionados a todos os segmentos de extração mineral da MPE;





IV – viabilizar a criação de fóruns para diálogos, estudos e ações com as diversas instituições, governamentais e não governamentais que tratam da MPE; e

V – viabilizar a criação de instrumentos e sistemas de monitoramento e avaliação da MPE.

VI – viabilizar a criação de um Serviço Nacional de Aprendizagem para a Mineração de Pequena Escala (Snampe), com o objetivo de organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino da formação profissional e promoção social do minerador de pequena escala;

VII – promover a modernização tecnológica de processos e equipamentos direcionados ao setor;

VIII– desenvolver linhas de crédito específicas ou condições diferenciadas para que o setor possa acessar outras linhas de crédito;

IX -promover a estruturação de um Plano Nacional de Apoio à MPE, que consiga articular as diferentes iniciativas públicas, privadas e associativistas;

X- desenvolver linhas de crédito para o fomento da mineração de pequena escala, bem como educar e incentivar os mineradores do setor a utilizarem as linhas de crédito existentes;

XI- fortalecer os Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral, enquanto estratégia de estruturação da MPE;

XII- promover a integração das comunidades impactadas pela mineração de pequena escala com as operações de extração, incentivando a gestão participativa nas questões de transição socioeconômica da população e do uso futuro do território.

Art. 3º Estão aptos a se inscrever do PNAMPE os mineradores individuais, que desenvolvam suas atividades como pessoas físicas, as cooperativas ou as empresas de mineração de pequeno porte, de caráter familiar.





§1º A inscrição para o PNAME será realizada junto a agentes devidamente credenciados pelo Ministério de Minas e Energia, na forma do regulamento, sendo exigidos os seguintes documentos:

I – se pessoa física, nome, número do documento de identidade ou de carteira de trabalho, indicação de nacionalidade, de estado civil, da profissão, do domicílio e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), do Ministério da Fazenda;

II – se pessoa jurídica, razão social, endereço, número do registro de seus atos constitutivos no respectivo órgão de registro de comércio e número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda.

§ 2º Atendidas as exigências do §1º, considerar-se-ão aptos os candidatos que tenham rendimentos brutos anuais provenientes de atividades de mineração limitados a:

I – trezentos mil reais, se pessoa física; e

II – conforme o disposto no art. 3º da LC 123/2006, se pessoa jurídica.

§ 3º Terão prioridade para atendimento pelo PNAME os mineradores individuais ou empresas mineradoras de pequena escala inscritos no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 4º Para fins de inscrição no PNAME, considera-se como beneficiário todo aquele que desenvolva atividade de mineração, que abrange a pesquisa, a lavra, o desenvolvimento da mina, o beneficiamento, o transporte e a comercialização dos minérios e o aproveitamento e o armazenamento de estéréis e rejeitos, conforme, regulamentado em ato do Poder Executivo Federal, devendo ser observado, para todos os fins, os demais parâmetros de enquadramento elencados neste artigo.





Art. 4º Os recursos obtidos no PNAME poderão ser utilizados pelos beneficiários para custeio das atividades relacionadas à mineração, ou para investimento na implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços relacionados à atividade de mineração.

Parágrafo único. As garantias apresentadas às instituições financeiras responsáveis pela execução do PNAME serão:

I - o penhor dos resultados da lavra, ou aval equivalente, nos casos de créditos para custeio;

II - o penhor cedular ou a alienação fiduciária do bem adquirido, nos casos de créditos para investimento;

III - títulos minerários previstos no Decreto-Lei nº 227, de 1967.

Art. 5º O PNAME será regulamentado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO
Relator

